



Multifuncionalidade e Práticas Agroecológicas em Assentamento de Reforma Agrária: O Caso do Mandacaru, Petrolina-PE

*Marcelo Henrique Pereira dos Santos¹; Maurício Rosendo Leandro dos Santos²;
Udnilson Soares da Silva Pereira³*

Resumo: Este trabalho tem como eixo central evidenciar o papel que a multifuncionalidade das atividades na zona rural assume como promotora de novas formas de solidariedade entre os agricultores, ajuda na complementação de renda e preserva o meio ambiente, garantindo o desenvolvimento sustentável para as comunidades. Entende-se por multifuncionalidade, “os dispositivos coletivos dos agricultores que asseguram, geralmente, de maneira gratuita, o manejo de recursos comuns e ou a produção de bens públicos de interesse geral” (SABOURIN, 2010). Na região Nordeste, a prática multifuncional, mediante gestão coletiva, permite “assegurar funções produtivas agropecuárias e funções sociais, ambientais e econômicas de interesse coletivo”, com isto, dispomos de práticas mercantis e não-mercantis dentro da lógica multifuncional (SABOURIN, 2010). Sendo assim, a partir das pesquisas bibliográficas e entrevistas realizadas com lideranças, objetivamos apresentar como as práticas agrícolas de caráter multifuncional aliadas à abordagem agroecológica presentes no Assentamento Mandacaru, localizado no município de Petrolina (PE), se tornam companheiras na preservação do Bioma Caatinga; além de proporcionar um envolvimento desde a juventude até a terceira idade nas atividades dentro do assentamento. Contando com áreas de plantio coletivo, turismo rural e ecológico e na produção e divulgação de outros produtos confeccionados dentro do assentamento, a pesquisa salienta que a multifuncionalidade praticada no Mandacaru parte da iniciativa dos assentados e é marcada pelo baixo apoio do poder público. Por fim, trazemos também o Assentamento Mandacaru como modelo para práticas de agricultura familiar e orgânica em contrapartida ao agronegócio presente na região. Os conflitos entre o rural e urbano, o agrícola e industrial, o “tradicional” e o “inovador”, ou atraso e a tecnologia, ou trabalho e o capital, surgem com força nesta discussão.

Palavras-chave: Multifuncionalidade; Agroecologia; Assentamento de Reforma Agrária; Políticas Públicas; Agricultura.

Multifunctionality and Agricultural Practices in Agrarian Reform Settlement: The Case of Mandacaru, Petrolina-PE

Abstract: This work has as its central axis to highlight the role that the multifunctionality of activities in the rural area assumes as a promoter of new forms of solidarity among farmers, helps in supplementing income and preserves the environment, guaranteeing sustainable development for communities. Multifunctionality is understood as “the collective devices of farmers that generally ensure, free of charge, the management of common resources and or the production of public goods of general interest” (SABOURIN, 2010). In the Northeast region, the multifunctional practice, through collective management, allows “to ensure agricultural

¹ Professor do Bacharelado em Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR) da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e Coordenador do GPPAF - Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas e Agricultura Familiar. marcelo.henrique@univasf.edu.br;

² Graduando do Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e Membro do GPPAF - Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas e Agricultura Familiar. mauricioleandro337@gmail.com ;

³ Graduando do Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e Membro do GPPAF - Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas e Agricultura Familiar. udnilson10@hotmail.com.

productive functions and social, environmental and economic functions of collective interest”, with this, we have commercial and non-commercial practices within the multifunctional logic (SABOURIN, 2010). Thus, from bibliographic research and interviews with leaders, we aim to present how the multifunctional agricultural practices combined with the agroecological approach present in the Mandacaru Settlement, located in the city of Petrolina (PE), become partners in the preservation of the Caatinga Biome; in addition to providing involvement from youth to seniors in activities within the settlement. With areas for collective planting, rural and ecological tourism and the production and dissemination of other products made within the settlement, the research points out that the multifunctionality practiced in Mandacaru is part of the settlers' initiative and is marked by the low support of the public authorities. Finally, we also bring the Mandacaru Settlement as a model for family and organic farming practices in contrast to the agribusiness present in the region. The conflicts between rural and urban, agricultural and industrial, “traditional” and “innovative”, or backwardness and technology, or work and capital, arise strongly in this discussion.

Keywords: Multifunctionality; Agroecology; Land Reform Settlement; Public Policy; Agriculture.

Introdução

Segundo Bonnal, Losch e Bainville, o conceito de multifuncionalidade da agricultura diz respeito a todos os produtos e serviços criados pela atividade agrícola. Tal conceito foi difundido a partir de 1993 pelo Comitê Europeu de Direito Rural (ERRC) com o objetivo de harmonizar a legislação agrícola de países europeus e dar uma forma mais concreta ao conceito de agricultura sustentável. Posteriormente, a ideia de multifuncionalidade foi utilizada por diversas instituições.

O Conselho Europeu, em 1996, reconheceu que "as áreas rurais têm uma função tripla: econômica, social e de proteção ambiental" (CEDR, 1999); a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sublinhou a necessidade de expressar o caráter multifuncional da agricultura de maneira transparente, direcionada e eficaz e de coordenar as políticas dos Estados membros neste sentido (1999); vários países (Coréia, França, Japão, Suíça) reconheceram a natureza multifuncional da agricultura em seus textos oficiais; finalmente, a FAO organizou os simpósios de Roma e Maastricht (1999) sobre as "múltiplas funções da agricultura e da terra". (BONNAL; LOSCH; BAINVILLE, 2000, p. 32 – tradução livre)

Em outro texto Bonnal afirma que duas fases assinalam a evolução da noção de multifuncionalidade nos processos de elaboração de política para agricultura. A primeira se deu entre 1992 e 1999, marcada pela formação do conceito, e a segunda entre 1999 e 2003, caracterizada pela crítica e limites da noção. Ainda segundo o autor, a ideia de multifuncionalidade no âmbito das políticas públicas foi introduzida durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO-92).

Como um conceito de política pública, a origem da multifuncionalidade e sua utilização em eventos internacionais e nacionais... é apresentada na Cúpula da Terra das Nações Unidas no Rio de Janeiro de 3 a 14 de junho de 1992, em conexão com o conceito de desenvolvimento sustentável, com vista a enfrentar os desafios do crescimento populacional e capacidade limitada de recursos e técnicas para atender às necessidades futuras da população. Tendo em conta a natureza da agricultura, a multifuncional é considerada uma necessidade durante o exame, planejamento e a programação integrada das políticas agrícolas, em particular para melhorar a segurança alimentar e gerar um processo de desenvolvimento sustentável. A noção de multifuncionalidade também é aplicada às florestas para enfatizar múltiplos papéis ecológicos, econômicos e culturais de árvores, florestas e terras florestais e a necessidade de apoiá-las através de políticas, métodos e mecanismos apropriados. (BONNAL, 2010, p. 03 – tradução livre)

A partir desta definição, o autor afirma que a ideia de multifuncionalidade é utilizada para tratar de três tipos de questões, a saber: regulamentos comerciais agrícolas, a nível internacional; legislação relativa às políticas agrícolas no âmbito da União Europeia; definição de políticas agrícolas em nível nacional de vários países em geral, mas não exclusivamente na categoria de países desenvolvidos.

No entanto, apesar de ter surgido numa conferência sobre meio ambiente realizada no Brasil, a multifuncionalidade apresenta aqui, e supostamente em boa parte da América Latina, um nível de institucionalização bem menor em relação ao encontrado nos países da União Europeia. Pois ao mesmo tempo em que tem uma agricultura familiar diversificada e responsável pela produção da maior parte dos alimentos consumidos, o Brasil e outros países latino-americanos também fazem parte do Grupo de Cairns que defende o agronegócio e a livre comercialização dos produtos agrícolas, cobrando dos países europeus acesso aos mercados agrícolas para seus produtos e o fim de práticas intervencionistas dos Estados europeus na agricultura.⁴

As experiências de multifuncionalidade no Brasil partem normalmente da iniciativa das comunidades agrícolas. Tal movimento acontece inclusive no Nordeste Brasileiro, conforme deixa claro Sabourin.

A principal característica da multifuncionalidade da agricultura foi encontrada nos dispositivos coletivos dos agricultores que asseguram, geralmente, de maneira gratuita, o manejo de recursos comuns e ou a produção de bens públicos de interesse geral. No Nordeste Brasileiro, diversas práticas de gestão coletiva de recursos comuns ou públicos, realizadas por agricultores, permitem assegurar, ao mesmo tempo, funções produtivas agropecuárias e funções sociais, ambientais e econômicas de interesse coletivo. Essas práticas são, muitas vezes, implementadas por organizações locais ou redes (grupos de agricultores, comunidades, associações, sindicatos), num quadro de relação não-mercantil. (SABOURIN, 2010, p. 151)

4 Sobre esta questão ver: Bonnal, Losch e Bainville, 2000.

No texto citado acima o autor analisa três experiências de multifuncionalidade desenvolvidas no Nordeste Brasileiro, a saber: os fundos de pasto na floresta xerófila em Juazeiro (BA); o manejo da biodiversidade pelos bancos de sementes no Estado da Paraíba; e o manejo da água e as políticas públicas em vários estados do Nordeste. Segundo Sabourin, tais iniciativas viabilizam a produção e a geração de renda para as comunidades, mas são fundadas antes de tudo em processos de reciprocidade e solidariedade entre as pessoas e garantem a preservação da biodiversidade e a gestão coletiva dos recursos naturais disponíveis. Nas três experiências citadas o autor encontrou seis traços comuns, conforme segue:

São implementados, inicialmente, por grupos de agricultores que visam a assegurar produções agropecuárias familiares destinadas ao uso doméstico e ao mercado. Asseguram também outras funções não-remuneradas: preservação da biodiversidade, manejo da caatinga, segurança alimentar, abastecimento de água doméstica, saúde pública. Funcionam essencialmente na base de prestações gratuitas (ajuda mútua, mutirão, redistribuição), fundadas ou regidas por regras de reciprocidade associadas a uma identidade coletiva comunitária ou de origem camponesa. As atividades mercantis e não-mercantis estão interligadas e articuladas tanto no marco da produção agropecuária como naquele da multifuncionalidade: o manejo ou a produção de bens comuns. Articulam vários níveis de organização, da unidade familiar ao território. São objetos de tensões entre as lógicas familiares e comunitárias e as lógicas de desenvolvimento da troca capitalista apoiadas pelas políticas públicas. (**Idem, p. 160**)

Sendo assim, este artigo tem como objetivo discutir as experiências de multifuncionalidade em assentamento de reforma agrária localizado em Petrolina-PE, especificamente o caso do Assentamento Mandacaru.

O Mandacaru se localiza no Km 20 da Rodovia BR-407, a apenas 30 Km do centro de Petrolina, e é formado por cerca de 70 famílias. Cada família tem acesso a um lote de 3,5 ha, sendo apenas 0,5 ha irrigável. Na área irrigável os assentados produzem frutas e na área de sequeiro são produzidos milho, feijão e macaxeira, no entanto se destacam no Mandacaru a horta comunitária que abastece importantes estabelecimentos comerciais da região e a pioneira produção de uva orgânica. O assentamento é fruto de ocupação realizada nos anos 90 e fortemente marcado pelo processo de luta pela regularização fundiária e pelo acesso às políticas públicas para a agricultura familiar. Na imagem a seguir, podemos ver a distribuição espacial do assentamento e onde se localizam as áreas de plantio das uvas orgânicas (A) e da horta comunitária (B).

Imagem 01 – Assentamento Mandacaru, Petrolina (PE)



Fonte: Imagem de Satélite, Google Maps (2020)

Além das atividades mencionadas acima, verificou-se, em conversa com suas lideranças, que o Mandacaru possui um importante projeto multifuncional que pretende destinar uma área do Bioma Caatinga para a prática do turismo rural e ecológico dentro do assentamento com o envolvimento de jovens da comunidade, os quais atuariam como guias turísticos do projeto.

Multifuncionalidade: pensando para além das dicotomias

A multifuncionalidade envolve um sistema de relações de produção e de estruturação de meios de produção englobando os diversos atores que constituem uma cadeia produtiva local.

A noção de local está conectada à ideia de território rural, porém buscando superar a dicotomia rural x urbano, agrícola x industrial/serviços.

Embora traga o enfoque “agroalimentar”, a noção de multifuncionalidade inclui arranjos produtivos diversos que se expressam em territórios rurais como serviços, turismo e agroindústrias.

Neste caso a análise multifuncional extrapola a avaliação das ações produtivas de determinado grupo ou setor. Busca-se, assim, compreender sua relação com fornecedores,

instituições financeiras, educativas, de pesquisa, consumidores, e outras empresas que fazem parte do processo produtivo e de oferta ao consumidor final.

Nestas relações o capital social e os ativos específicos são categorias centrais. As relações produtivas podem se expressar através da relação entre empregador e assalariado ou na relação de produtores autônomos e o “mercado”. Nesta última existe potencial para se valorizar a autonomia e o “saber fazer” dos produtores autônomos ou ao contrário uma simples terceirização e exploração indireta de mão de obra e meios de produção como terra e bens naturais.

Neste sentido, os produtores da Agricultura Familiar constituem atores importantes que estão engajados em sistemas agroalimentares localizados. No entanto, na exploração de recursos naturais sujeitos a atividades sustentáveis ou de exploração não comprometida com as condições de renovação e maior equilíbrio ambiental, a produção agrícola sofre maior pressão nos arranjos das relações de produção local.

Os conflitos entre o rural e urbano, o agrícola e industrial, o “tradicional” e o “inovador”, ou atraso e a tecnologia, ou trabalho e o capital, surgem com força nesta discussão.

Pensar territórios rurais para além da zona agrícola de produção e ocupação, pensar o fazer rural para além de mero produzir bens, e encontrar caminhos de relações mais autônomas e de interdependência da lógica mercantilista, passa necessariamente pela compreensão das relações e das estruturas institucionais de Estado ou de mercado que intermedeiam estas relações. Neste sentido é possível perceber a noção de multifuncionalidade como um instrumento importante para pesquisas e estudo da agricultura familiar no Brasil.

Para extrapolar os limites de estudos que circulam em torno de relações idealizadas e por muitas vezes até por supervalorização de traços pouco relevantes ou até de caráter meramente do “deve ser”, com pouco ou nenhuma abrangência real de impacto nas relações de poder dos extratos sociais, políticos e econômicos, torna-se necessário buscar modelos de análises que rompam com os apegos e aversões teóricas buscando aprofundar ao máximo as relações sociais que fundamentam e direcionam o “mundo real” da produção e consumo de bens e serviços. Talvez assim, com maior compreensão das “amarras” do capital, possamos contribuir para a construção de caminhos de liberdade e valorização igualitária.

Metodologia

O artigo se apoia em pesquisa bibliográfica sobre o conceito de multifuncionalidade como forma de evidenciar que a agricultura envolve práticas sociais, econômicas e ambientais as quais podem estimular novas formas de solidariedade entre os agricultores, ajudar na complementação de renda e preservar o meio ambiente, garantindo o desenvolvimento sustentável para as comunidades, além de orientar o Estado na elaboração e implementação de políticas públicas.

O artigo também se apoia em entrevistas realizadas com os agricultores para a reconstituição de certos aspectos da trajetória histórica do Assentamento Mandacaru desde o período da ocupação da área até os dias atuais e, para a compreensão das atividades desenvolvidas no assentamento relacionadas a práticas multifuncionais da agricultura.

Utiliza-se a técnica de entrevistas semiestruturadas a partir de modelo conceitual com base na matriz analítica proposta por Sabourin (2010), em sua pesquisa no Nordeste Brasileiro. Conforme os cinco níveis de análise abaixo:

6. Na escala da unidade familiar – utilização dos recursos e mão de obra familiar e os impactos sobre a produção.
7. No campo da troca mercantil: compra e venda de bens, serviços, produtos e mão de obra.
8. No campo da reciprocidade: autoconsumo, redistribuição, ajuda mútua, realização de mutirão, etc.
9. Na escala da ação coletiva - contribuição das organizações, como associações e atividade produtivas comunitárias, para promover funções de troca mercantil ou de reciprocidade (solidariedade) e outros aspectos multifuncionais.
10. Na escala da ação pública - impactos gerados por política pública que contemplem, promovam ou estimulem a multifuncionalidade, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

As questões e condução das entrevistas objetivam identificar nos níveis analíticos acima quatro funções associadas à agricultura que sustentam o seu caráter multifuncional, considerados por Carneiro e Maluf (2003):

- Reprodução socioeconômica das famílias rurais;
- Promoção da segurança alimentar das famílias e da sociedade;
- Manutenção do tecido social e cultural;

Preservação dos recursos naturais e da paisagem rural.

A análise das entrevistas considera tanto as atividades já estabelecidas que apresentam as características acima quanto os planos e sonhos de atividades a serem implantadas no assentamento.

A Horta Comunitária e a Uva Orgânica: multifuncionalidade na prática

As atividades que, em primeiro plano, atribuem uma identidade ao Assentamento Mandacaru, em relação ao seu reconhecimento para além de seus limites socioespaciais são a horta comunitária e a produção de uva orgânica. Como indicado na imagem 01, a área que compreende a produção de uva está localizada próxima a via que dá acesso à entrada do assentamento (A). Já a área destinada a horta comunitária, encontra-se mais a dentro do assentamento, próxima à sede da Associação dos Moradores (B). Devido à alta demanda externa pelos seus produtos, o Assentamento Mandacaru tornou-se uma referência no que diz respeito à produção de produtos orgânicos.

Vicente Joaquim Cruz, uma das lideranças comunitárias, apontou que atualmente faltam mercadorias para a comercialização devido à alta procura pelos gêneros orgânicos produzidos no Assentamento Mandacaru. Seu Vicente, como é mais conhecido pelos moradores, ainda completou dizendo que “alguns comerciantes e consumidores já sabem que nossas hortaliças são produzidas sem uso de agrotóxico e não exigem o selo por confiarem no nosso trabalho” (CRUZ et al., 2018).

O Assentamento Mandacaru está localizado no sertão semiárido nordestino, em Petrolina-PE, como destacado anteriormente. Devido a sua geolocalização, o assentamento sofre influência do polo produtivo Petrolina-Juazeiro.

Esse polo tem experimentado um processo de desenvolvimento econômico que vem intervindo e transformando os modos de vida no semiárido do Sertão Pernambucano e Baiano. A dinâmica econômica da região vem sendo prioritariamente pautada pela implantação dos perímetros de fruticultura irrigada nesta região da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. A realidade dos perímetros irrigados da fruticultura no Vale do Submédio São Francisco, com destaque para o polo Petrolina - Juazeiro contrasta-se com o ambiente da Agricultura de Sequeiro e da perspectiva da Convivência com o Semiárido inerente à realidade do Sertão do São Francisco. Dentro e fora dos perímetros irrigados surgem realidades sociais e produtivas conflitantes. Um exemplo claro desse processo é o uso indiscriminado de agrotóxicos nos projetos de irrigação, uso este, extremamente danosos à saúde humana e ao meio ambiente. (CRUZ et al., 2018)

As principais tensões sociais e produtivas desta região são resultantes da ascensão do modo de produção capitalista, na figura do Agronegócio. Os conflitos em primeiro plano surgem com a substituição do modelo local de produção (Agricultura Familiar) para um modelo de larga escala

(Fruticultura Irrigada). O Agronegócio modificou o arranjo socioespacial do Polo Petrolina-Juazeiro de tal forma que implementou um modelo de produção conflitante com a lógica de funcionamento do Sertão Semiárido do Nordeste. Quem sofre os primeiros impactos com a introdução deste modelo produtivo são a fauna e a flora locais, a Caatinga.

Por mais que o Assentamento Mandacaru hoje subverta a lógica do Agronegócio e do Capital desenfreado que se instalou no Polo Petrolina-Juazeiro, a consolidação do assentamento como um dos principais produtores de gêneros orgânicos da região foi um processo de lutas e reivindicações ao longo de sua história de construção.

O Mandacaru surgiu de uma iniciativa de ocupação em 1999, a área onde o assentamento está localizado pertencia a uma fazenda de produção irrigada, no perímetro do São Francisco. Apenas dois anos mais tarde (2001), o INCRA reconheceu a área como destinada à Reforma Agrária. As famílias que originaram o assentamento são compostas por ex-trabalhadores dos perímetros irrigados ao redor do São Francisco, eixo Petrolina-Juazeiro. Devido aos fatores dispostos, as famílias que deram origem ao Mandacaru mesclavam em sua rede produtiva, práticas da Agricultura Familiar e do Agronegócio. Assim, as primeiras disposições para a produção estavam pautadas no uso de insumos agrícolas, os chamados agrotóxicos, uma vez que, para participar da lógica de mercado regional, careciam de utilizar das mesmas ferramentas.

A superação da lógica hegemônica de produção ocorreu ainda mais tarde (2009), com a aposta na produção orgânica, a qual no início não foi bem vista e muito menos aceita por algumas famílias do assentamento. Ozaneide Gomes dos Santos, uma das líderes comunitárias, apontou que quando ocorreu a reunião da Associação dos Moradores do Mandacaru para a aposta nesse modelo de produção alternativo (o orgânico), ocorreu uma cisão entre assentados. De um lado, aqueles que não acreditavam que a produção orgânica pudesse trazer benefícios ao Mandacaru, do outro, aqueles que decidiram apostar nessa nova perspectiva. Mas aos poucos Ozaneide conseguiu convencer alguns dos que foram contra a proposta, como apontou Seu Vicente em sua entrevista:

Ozaneide, ela tinha uma liderança muito grande de conseguir as coisas aqui para dentro mesmo. Ai ela conseguiu um recurso de cinquenta (50) mil “real” para uma horta comunitária. Ai ela chegou, fez uma reunião, e disse: “Oh, gente. Eu consegui 50 mil real. Tem duas hortas aqui em Petrolina, e uma é aqui no Assentamento Mandacaru. Só que eu quero fazer a coisa diferente. Horta por horta tem em todo canto aqui em Petrolina. Mas eu quero uma coisa diferente”. E eu disse, como é? “Eu quero uma horta orgânica”. Eu disse, “tô fora”. Você “tá” ficando é maluca Ozaneide. Como é que a gente pode produzir nada aqui sem veneno? “Seu’ Vicente, já dei minha palavra e vou continuar. Quem quiser me acompanhar, me acompanhe. Mas nossa horta vai ser orgânico”. E eu fiquei doido sem querer entrar, mas ela tentou até que me convenceu. Ai convenceu, ai a gente tivemos vários cursos. Passamos mais de ano tendo curso aqui direto. Gente de Salvador, daqui de Petrolina, Juazeiro, de Recife veio. A gente teve muito curso. **(Entrevista com Vicente Joaquim Cruz)**

O projeto de implementação dos orgânicos iniciou com 33 agricultores(as), em 2009. A partir disto, ocorreram diversos cursos de formação, sendo o primeiro deles, em parceria com o Governo de Pernambuco (PRORURAL), na área de produção de hortaliças orgânicas.

De acordo com Cruz et al. (2018),

Os agricultores(as) passaram a trabalhar a experimentação de modo a identificar as melhores formas de manejar a irrigação, adubar os canteiros, controlar pragas e plantas invasoras, bem como na seleção de variedades mais adaptadas ao agroecossistema. Assim, do grupo que iniciou as atividades produtivas da horta atualmente é constituído por 10 integrantes, em sua maioria mulheres, havendo também entre os mesmos homens e uma minoria de jovens. Ao longo do tempo a experiência da Horta Orgânica Comunitária se transformou em um ambiente de troca de experiências agroecológicas e aprendizagem [...]

Imagens 02 e 03 – Horta Comunitária do Mandacaru



Fonte: Arquivo pessoal dos autores

A produção atual da horta comunitária é de mais de “20 variedades de hortaliças, incluindo herbáceas, tuberosas e frutos, bem como plantas medicinais e condimentares” (CRUZ et al., 2018). Os produtos cultivados na horta comunitária são direcionados ao consumo local, ao abastecimento do mercado e objetivam um comércio mais justo e solidário. Em média, 72% das famílias que residem no Mandacaru retiram sua renda principal das atividades produtivas dentro do assentamento. Mas, o sustento das famílias assentadas vai muito além da produção dos gêneros orgânicos presentes na horta.

De acordo com Ozaneide,

quando os projetos estão em pleno vapor, se você vier aqui em Maio/Junho, você vai ver que isso aqui está pegando fogo. Porque a gente está com o contrato do PNAE do município. Nós temos contrato do IF, meio precário, mas temos. Nós temos contrato com o governo do Estado para macaxeira embalada a vácuo, que a gente entrega de Cabrobó-PE para cá. Então assim, está todo mundo trabalhando de certa forma e tudo gira. E tem o grupo de mulheres que trabalham com o beneficiamento também de fruta – que faz a polpa, a geleia, o doce... **(Entrevista com Ozaneide Gomes dos Santos)**

Imagens 04 e 05 – Parreiras de Uva Orgânica do Mandacaru



Fonte: Arquivo pessoal dos autores

De acordo com Ozaneide, o projeto das parreiras de uva do Mandacaru veio como um projeto “derivado” da horta comunitária, pois esta serviu como piloto.

Aí depois a gente veio com aquele projeto da uva ali, que também foi uma parceria com a prefeitura – ainda no governo Júlio Lóssio –, que a gente conseguiu implantar aquele 0,5 hectare a área de uva. Mas também a gente disse: “olhe, para a gente produzir uva e competir com, por exemplo, Queiroz Galvão, tem que ter um diferencial. Então vamos produzir a uva orgânica”. Ai já teve que ter mais uma parceria com alguém que conhecesse disso. Já que a gente já tinha... já tem... a mais de seis (06) anos que estava trabalhando com a agricultura orgânica nas hortaliças, então muito daqui a gente levou para lá. **(Entrevista com Ozaneide Gomes dos Santos)**

As atividades com a uva orgânica vão da comercialização das frutas à produção de suco, doces, geleias e polpas. Boa parte dos mercados da região recebem estes produtos do Mandacaru, existindo até trocas mercantis com São Paulo.

A gestão dos dois espaços ocorre de maneira coletiva, mas também conta com gestões individualizadas dos produtores:

A gestão dos espaços coletivos e da autonomia dos integrantes do grupo tem disso um ponto positivo no processo de organização e funcionamento do Grupo da Horta Orgânica. Os canteiros são cultivados individualmente entretanto há atividades e custos gerais da horta que são de responsabilidade coletiva tais como: a manutenção geral da área da horta, a compra de esterco, custos com água e energia para o sistema de bombeamento e a produção de composto, caldas e biofertilizantes para proteção das plantas são feitas ora de forma coletiva ora de forma individual. **(CRUZ et al., 2018)**

Desde o início das atividades, toda a iniciativa partiu dos assentados. Foram casos específicos onde tiveram amparo de instituições estatais, como, por exemplo, as formações e os financiamentos.

Segundo Ozaneide,

Aqui tudo é primeiro nosso. Então a gente planeja o que a gente, a atividade que a gente quer realizar e a partir daí a gente inicia e busca parcerias para colocar em prática. Então assim, é muito dessa questão de não ficar esperando. Tudo o que tem aqui dentro do Assentamento, tem a nossa contrapartida enquanto assentado, enquanto morador. **(Entrevista com Ozaneide Gomes dos Santos)**

Para além disso, todo o trabalho de produção é dividido entre os moradores do assentamento. Proporcionando assim um sistema de coesão e solidariedade entre os assentados, desde a juventude até a terceira idade. Outro ponto a se destacar, diz respeito às práticas integrativas e agroecológicas, uma vez que todas as atividades dentro do assentamento objetivam construir uma educação tanto identitária quanto uma nova forma de se relacionar com a natureza e o ambiente à volta.

Multifuncionalidade, Meio Ambiente, Turismo e Educação: o projeto da trilha ecológica do Assentamento Mandacaru

Além da horta comunitária, da produção de uva orgânica, entre outras atividades, o Assentamento Mandacaru pretende desenvolver um projeto que procura destinar uma área do Bioma Caatinga para a prática do turismo rural e ecológico dentro do assentamento e o envolvimento de jovens da comunidade.

Em entrevista realizada com a liderança comunitária do Mandacaru fica claro que a iniciativa de criação de uma área de preservação ambiental e voltada para o turismo rural partiu dos próprios assentados e visa envolver os jovens da comunidade com o objetivo de identificá-los mais com as atividades desenvolvidas no assentamento.

Quando nós chegamos ao assentamento há mais de 19 anos atrás nós encontramos uma área totalmente devastada, de lá foi tirada toda a Caatinga. A fauna e a flora lá não existiam mais. Então, hoje nós temos uma área de preservação de 96 hectares, desde o início nós deixamos esta área preservada para ver se ela por si só conseguia se regenerar. O projeto é voltado para o turismo rural, mas sobretudo pensando no jovem da comunidade, é um projeto com 15 jovens, onde estes jovens serão responsáveis por uma trilha ecológica. **(Entrevista com Ozaneide Gomes dos Santos)**

Segundo a fala da líder comunitária, o projeto encontra-se em fase de busca por parcerias, porém poucas instituições se prontificaram a ajudar. Além disso, causa espanto o fato de o IBAMA ter demorado dois anos somente para dizer que não tinha objeções ao projeto.

Há um projeto colocado no papel, porém nós estamos à procura de parceiros. Nós já conversamos com a Embrapa que tem um projeto semelhante, conversamos com o IF-Sertão. A fase agora é a de capacitar os jovens, mas primeiro nós tivemos que buscar os meios legais, falar com o IBAMA e outros órgãos de controle. Nós passamos quase dois anos para receber um resultado, recentemente nós recebemos um ofício do IBAMA dizendo nem que era a favor nem que era contra. Mas nós estávamos dependendo disso para começar a andar na prática. **(Idem)**

O projeto a ser executado envolve tanto a preservação ambiental quanto a educação ambiental dos jovens do assentamento e de visitantes interessados em conhecer o Bioma da Caatinga.

Estes jovens são da comunidade e a nossa intenção é que eles comecem a despertar para a agroecologia, para a questão ambiental e o foco maior nosso é que as pessoas conheçam o que existe na Caatinga de flora e de fauna, o projeto principal é esse. Então, a gente quer abrir para visita de escolas, para pessoas de outras regiões que não conhecem nosso Bioma e, agora nós estamos na parte de identificação das plantas nativas, das espécies que a gente vem encontrando nestes 19 anos e o que de fato conseguiu se regenerar. **(Idem)**

O Assentamento Mandacaru orienta suas práticas produtivas mesclando o cultivo orgânico com abordagens agroecológicas.

A agroecologia, segundo Stella Legnaioli, é “uma forma de conhecimento que pretende superar os danos causados à biodiversidade e à sociedade como um todo pela prática da monocultura, do emprego dos transgênicos, dos fertilizantes industriais e dos agrotóxicos” (LEGNAIOLI, 2020). A autora completa salientando que:

O termo "**agroecologia**" pode ser entendido como uma disciplina científica, uma prática agrícola ou como um movimento social e político. Nesse sentido, a **agroecologia** não existe isoladamente, mas é uma *ecologia dos saberes* composta tanto por conhecimentos científicos quanto saberes populares e tradicionais provenientes de experiências de agricultores familiares de comunidades indígenas e camponesas. **(LEGNAIOLI, 2020)**

Sendo assim,

O conceito de **agroecologia** pode ser entendido como a remediação inadiável ao agravamento das condições ambientais, sociais e políticas causadas pela forma de desenvolvimento econômico vigente. A proposta da **agroecologia** é uma revisão dos métodos convencionais de manejo da terra em grande escala. **(LEGNAIOLI, 2020)**

Além disso, o projeto também visa integrar as demais atividades desenvolvidas pelo Mandacaru com o objetivo de geração de renda para a comunidade.

Quando nós abrimos a trilha para visitação, serão os 15 jovens que irão receber as pessoas e, vão ter toda a capacita o para dizer quais são as espécies de plantas – estes jovens serão semelhantes a guias turísticos. A inten o também   relacionar com algumas atividades já existentes na comunidade como, por exemplo, o doce de xique-xique feito na comunidade. Vai ter o xique-xique l  na trilha e as pessoas vão ver o que   o xique-xique, quais são suas propriedades e vão se interessar pelo doce produzido no assentamento. Então, na trilha de cerca de três quil metros haverá outras atividades para divulgar os produtos do assentamento. A trilha também servirá para passeios de bicicleta, inclusive já tivemos passeios desse tipo l , mesmo porque hoje nós já recebemos muitas pessoas para visitar o assentamento. Enfim, o nosso foco maior   o educacional, explicar para as crianças o que   um umbuzeiro, um p  de umburana, o que   favela, mas sem deixar de desenvolver outras atividades. **(Idem)**

Como visto o projeto do Mandacaru apresenta praticamente todos os seis traços mencionados por Sabourin, pois   uma iniciativa dos assentados, visa assegurar fun es não remuneradas como, por exemplo, a preserva o ambiental e a educa o das crianças e jovens,   baseado na organiza o coletiva, articula atividades mercantis e não-mercantis, busca articula es no âmbito da unidade familiar e com institui es de pesquisa e órgãos governamentais e, não deverá estar imune às tensões entre a lógica de troca capitalista e a lógica familiar e comunitária.

Considera es Finais

As atividades desenvolvidas no Assentamento Mandacaru, em Petrolina-PE, n  s  garantem a reprodu o socioecon mica das famílias rurais, como também a promo o da segurança alimentar dos assentados e da sociedade local. A constante preocupa o de envolver os jovens nas atividades de produ o, comercializa o, planejamento e até mesmo na produ o cultural local revela o aspecto de multifuncionalidade e da manuten o do tecido social e cultural. Em todas as atividades e projetos percebe-se a preocupa o com a preserva o dos recursos naturais e o resgate da paisagem da Caatinga. Expostos tais fatores, as experiências de multifuncionalidade em Assentamentos de Reforma Agrária são fundamentais para o desenvolvimento social, ambiental e econ mico das comunidades.

Como vimos, o projeto de preserva o de uma área do Bioma Caatinga que envolva os jovens do assentamento e a abertura da área   visita o turística pode ajudar muito no desenvolvimento sustentável do Mandacaru – unindo, assim, práticas e abordagens tanto agroecológicas quanto multifuncionais.

A produção orgânica, aliada a abordagens agroecológicas e multifuncionais, pode sim se tornar uma alternativa ao Agronegócio. O Mandacaru é o exemplo vivo de que projetos de multifuncionalidade são possíveis e de que funcionam ao serem implementados em Assentamentos de Reforma Agrária.

Contudo, é de extrema importância que haja mais apoio dos órgãos do Poder Público para tirar de fato os projetos do papel, em outras palavras, faz-se necessário a construção de uma política pública específica para os projetos de multifuncionalidade no Brasil.

O Assentamento Mandacaru constrói uma nova identidade para o campo e para si. Aqui, rural torna-se não mais sinônimo de atraso, mas de superação do modelo hegemônico-urbano, modelo este que exalta a figura do Agronegócio como imagem direta do progresso.

Referências

BONNAL, P. “La brève incursion de la multifonctionnalité dans le champ politique: Quels enseignements pour le débat sur la gestion des services environnementaux (SE/PSE)?” *in* **Serena – Services Environnementaux et usages de l’espace rural - Document de travail n°2010-7**. Disponível em: http://agritrop.cirad.fr/556585/1/document_556585.pdf.

_____. LOSCH, B.; BAINVILLE, S. “Points de repères sur la multifonctionnalité de l’agriculture : les dimensions nationales et internationales du débat” *in* **Actes du séminaire**, novembre 2000, Bouillante, Guadeloupe, p.21-24.

CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. (Orgs.). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

CRUZ, V. J. et al.. **A Experiência da Horta Orgânica no Assentamento Mandacaru, Petrolina - PE**. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/ciierd2017/70652-A-EXPERIENCIA-DA-HORTA-ORGANICA-NO-ASSENTAMENTO-MANDACARU-PETROLINA---PE>. Acesso em: 27 de set. de 2020.

LEGNAIOLI, S. “O que é Agroecologia” *in* **eCycle – sua pesquisa mais leve**. Disponível em: <https://www.ecycle.com.br/6493-agroecologia.html>. Acesso em: 29 de set. de 2020.

RODRÍGUEZ-BORRAY, G. A. “La multi-funcionalidad de los sistemas agroalimentarios locales en zonas rurales de países en desarrollo: el caso de la agroindustria panelera colombiana” *in* **Perspectivas Rurales**, año 9, numero 12, 17-18, pp. 113-125.

SABOURIN, E. “Multifuncionalidade e Relações Não-Mercantis: manejo de recursos comuns no Nordeste” *in* **CADERNO CRH**, Salvador, v. 23, n. 58, p. 151-169, Jan./Abr. 2010.

SANTOS, M. H. P.; PEREIRA, U. S. S. “A Multifuncionalidade em Assentamentos de Reforma Agrária: o caso do assentamento Mandacaru em Petrolina” in **(Anais do) III Congresso Brasileiro de Educação Ambiental Interdisciplinar**. Juazeiro, 2017. v. 1, p.565-569.

VÉRON, F. (Coord.). “Multifonctionnalité de l'agriculture et des espaces ruraux : Comptes-rendus de travaux” in **Les Cahiers de la multifonctionnalité**, n.6, 2004. Disponível em: http://reseau-pwdr.be/sites/default/http://www.prppgi.univasf.edu.br/pesquisa/files/4491_Les%20cahiers%20de%20la%20multifonctionnalit%C3%A9%20%28n%C2%B06%29.pdf.



Como citar este artigo (Formato ABNT):

SANTOS, Marcelo Henrique Pereira dos; SANTOS, Maurício Rosendo Leandro dos ; PEREIRA, Udnilson Soares da Silva. Multifuncionalidade e Práticas Agroecológicas em Assentamento de Reforma Agrária: O Caso do Mandacaru, Petrolina-PE. **Id on Line Rev.Mult. Psic.**, Fevereiro/2021, vol.15, n.54, p. 206-221. ISSN: 1981-1179.

Recebido: 12/01/2021.

Aceito: 21/01/2021.